

RELATÓRIO DA MISSÃO DE SERVIÇO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA AO MUNICÍPIO DA BOA VISTA

DE 31 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 2022

Como previamente programado, acompanhado de uma equipa, realizei a minha primeira missão de trabalho à ilha da Boa Vista, de 31 de maio a 3 de junho de 2022.

Assim, com o presente relatório, pretendo dar a conhecer o desenrolar da mesma, os contatos estabelecidos, bem como os resultados obtidos.

Composição da equipa: A delegação da Provedoria de Justiça foi composta por mim, pelo meu Assessor Jurídico, Dr. Gerson Soares e pelos técnicos, Drs. Fernando Ferro, Anízio Ascensão e Dulcinea Fortes.

Motivação: Identificação de mecanismos de diálogo e cooperação com os órgãos municipais, serviços desconcentrados do Estado e ONG's sediadas na ilha.

A missão teve a duração de 4 dias. Durante esse período, pude manter encontros com o Presidente da Câmara Municipal local e sua equipa, eleitos e delegados municipais, forças vivas do Concelho, para além de visitas aos serviços desconcentrados do Estado, ao Comando Regional da Polícia Nacional, ao Tribunal da Comarca e a todos os povoados da ilha. Ministrei ainda uma conversa aberta com alunos, professores e funcionários da Escola Secundária da Boa Vista.

Para conhecimento e demais efeitos tidos por conveniente, segue o resumo das atividades desenvolvidas:



Dia 31 de maio

Visita ao Centro de Saúde e encontro com a respetiva Direção



A deslocação ao Centro de Saúde da Boa Vista, realizada no dia 31 de maio, deu início às atividades programadas e teve como propósito conhecer a organização, forma de funcionamento, bem como os desafios desta unidade hospitalar. Fomos recebidos pelo Delegado de Saúde, Dr. Elton Brito da Luz, acompanhado do Administrador do Centro, Dr. Walter Mendes e da Enfermeira Chefe, Dra. Gisela Costa.

A visita guiada às instalações permitiu-me verificar que são ótimas e razoavelmente bem equipadas. Do encontro com a Direção, apontou-se a necessidade do reforço em Recursos Humanos, como um desafio a ser vencido, por forma a se poder tirar melhor proveito da capacidade infraestrutural instalada e dar plena vazão às várias solicitações da população da Ilha em matéria de cuidados de saúde.



A isso se acresce a premência em se concluir as obras do bloco operatório, iniciadas em 2019, o que poderá contribuir para a diminuição das evacuações, principalmente das mulheres grávidas em situação de risco.

Pude verificar, neste quadro, que as condições logísticas e infraestruturais do Centro de Saúde, associadas às demandas da população, podem servir de fundamento para a sua transformação em Hospital Regional, com todas as vantagens daí advenientes.

Visita aos Serviços Desconcentrados do Estado

Da visita realizada aos diversos serviços desconcentrados do Estado, verifiquei que estes dispõem de boas instalações, estando os respetivos responsáveis e colaboradores engajados na assunção das suas responsabilidades profissionais.

Visita ao Comando Regional da Polícia Nacional



Na visita ao Comando Regional da Boa Vista, fui recebido pelo seu Comandante Regional e pelo Chefe de Esquadra. No encontro, pude transmitir ao Senhor Comandante todas as preocupações levantadas pelas populações das zonas visitadas e reiteradas pelos delegados municipais, nomeadamente as relacionadas com o reforço do policiamento nos



povoados, alegada impertinência dos imigrantes comerciantes da Costa Ocidental Africana aos turistas (especialmente na zona de Povoação Velha), em que muitos não se encontram devidamente licenciados para exercer as atividades que desenvolvem, bem como a necessidade da colocação permanente de efetivos policiais em Rabil e instalação de um Posto Policial na Freguesia de São João Batista (zona norte), visando proporcionar uma cada vez mais segurança aos munícipes.

Por sua vez, o Senhor Comandante informou-me que a situação da criminalidade na Ilha não é tão preocupante, dada a diminuição do número de ocorrências, tendo realçado que, tanto a instalação de um posto policial na zona norte, como a colocação de mais efetivos na localidade de Rabil, estão a ser equacionadas. Por último, manifestou a sua total abertura em continuar a reforçar essa boa colaboração institucional entre a Polícia Nacional e a Provedoria de Justiça, no sentido de se ultrapassar os desafios ainda existentes, assumindo, por outro lado, o compromisso de continuar a trabalhar em prol da segurança da Ilha.

Visita à Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente



Na Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), fui recebido pelo seu delegado, Dr. Xisto Batista.

Das várias questões abordadas, aquele responsável solicitou a minha intervenção junto da entidade competente para a regularização do vínculo laboral de vários funcionários contratados, nomeadamente no âmbito dos Projetos de investimento, bem como quanto à situação precária dos que trabalham nos viveiros/perímetros florestais e que auferem uma remuneração de jornaleiros, não beneficiando, por outro lado, da cobertura da Previdência Social.

Visita à Repartição das Finanças



Na Repartição das Finanças, (*Direção Nacional de Receitas do Estado*), fui recebido pelo seu responsável, Dr. Adérito Gomes, e pelos colaboradores, Hélder Brito e Daniel Oliveira.

Durante o encontro, o colaborador Daniel Oliveira expôs a sua situação profissional, considerando estar a sentir-se prejudicado, tendo ficado de apresentar uma queixa à Provedoria de Justiça, com vista a solicitar a minha intervenção junto da entidade competente para a regularização do seu caso, acrescentando que várias outras pessoas se encontram na mesma circunstância.

Acrescentou existirem pendências a nível da progressão na carreira (já *publicadas em dezembro, com efeitos retroativos a janeiro de 2017*), o que já é do conhecimento dos Serviços Centrais.

Visita à delegação do ICCA



Na delegação do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), fui recebido pelo seu representante, Dr. Odailson Fortes, que aproveitou a ocasião para apontar algumas questões pertinentes que se registam na ilha e que carecem de uma atenção especial por parte das entidades competentes, nomeadamente a de abusos sexuais de menores (*ocorridos, principalmente, no seio familiar*), agressões físicas e o não pagamento da pensão de alimentos, este último agravado pelo facto de alguns dos progenitores com esta responsabilidade não residirem na ilha.

Realçou, ainda, a importância da criação do Projeto «*criança de rua e na rua*», o que tem permitido ao ICCA dar resposta ao fenómeno de crianças «*na rua*».

Visita à Conservatória dos Registos e Cartório Notarial



No dia 31 de maio, fui recebido pela Conservadora / Notária, Dra. Isabel Gomes, Chefe da Conservatória e do Cartório da Boa Vista (Direção Geral dos Registos Notariado e Identificação), que manifestou total disponibilidade em colaborar com a Provedoria de Justiça, no âmbito e limite das suas atribuições.

Visita de cortesia ao Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista



A visita permitiu-me sentir o pulsar da dinâmica processual neste Tribunal, as contendas judiciais mais frequentes, bem assim os mecanismos que têm sido utilizados para se fazer face à morosidade processual.

Registei, com agrado, a criação de mais um juízo cível, o que, segundo as informações que me foram prestadas pelo magistrado judicial, Dr. Elisângelo Fernandes (Juiz Crime), tem tido um impacto grande na tramitação dos processos.

Senti por parte daquele responsável interesse e disponibilidade para, no limite da lei, cooperar com a Provedoria de Justiça e o seu titular.

Visita à delegação do INPS



Na Delegação do INPS, fui recebido pela Coordenadora, Dra. Celina Ramos, que expôs algumas questões pertinentes, nomeadamente a localização do INPS na ilha (distante do centro da cidade) e que se trata de uma reivindicação antiga das populações da ilha que vêm exigindo a sua deslocalização para o centro da cidade; a ausência de inscrição na segurança social por parte dos cidadãos originários de países da Costa Ocidental Africana e de outros países da CPLP, no INPS. Sublinhou que, durante o período estabelecido pelo regime excecional previsto na Lei (um documento anteriormente exigido no processo de autorização de residência), tal inscrição não era obrigatória. Apontou, ainda, a resistência

/ dificuldade no acesso ao portal por parte das pessoas que se encontram no setor informal e os elevados custos decorrentes das evacuações internas para os hospitais centrais.

Encontro com as Forças Vivas (Líderes associativos com relevância a nível social, personalidades da ilha e responsáveis desportivos)



O encontro decorreu num clima informal e descontraído, cabendo-me fazer um balanço da visita e, no essencial, a avaliação geral dos diversos problemas e dificuldades trazidos ao meu conhecimento, no decurso dos vários encontros até então realizados.

De entre as questões suscitadas e para cuja resolução foi solicitada a minha intervenção, destacam-se:

1. A localização do serviço do INPS, distante do centro da cidade de Sal Rei e do Estabelecimento Hospitalar, com evidentes prejuízos para os seus utentes, quando precisam de se deslocar ao mesmo;
2. Morosidade processual;
3. Atraso e constrangimentos no processo de evacuação de doentes;

4. Atraso na finalização das obras do Bloco Operatório do Centro de Saúde, iniciadas em 2019;
5. Falta de um posto policial na zona norte da ilha, para dar cobertura aos povoados de João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarrafes.

No final do encontro, agradei a presença e disponibilidade de todos, reiterando-lhes que as questões trazidas à minha consideração seriam levadas ao conhecimento das entidades competentes.

Dia 1 de junho de 2022

Visita aos povoados, acompanhado dos respetivos Delegados Municipais

Objetivo da visita: Tomar conhecimento dos problemas que afetam as populações e dos desafios que os responsáveis locais enfrentam para a sua resolução.

Visita à Delegação Municipal do Rabil



Encontrei-me com a Delegada, Senhora Zenilda Pires, com quem abordei, de forma genérica, os assuntos que mais têm afetado a vida dos munícipes que residem naquela zona. De entre as questões apontadas e que merecem a minha tomada de posição,

destacam-se o quase inexistente policiamento diurno e noturno, o método das notificações às pessoas, tanto por parte da polícia, como da Procuradoria, que o fazem através da Delegada Municipal, o que pode implicar conflitos entre esta e os munícipes (Este assunto foi tratado com o Senhor Comandante da Polícia, no sentido de as notificações passarem a ser feitas por um agente, que poderá se fazer acompanhar do Delegado que conhece melhor o meio), além da deficiente iluminação pública.

Visita à delegação de Estância de Baixo



Encontrei-me com o Delegado, Senhor Adolfo Pinto, com quem discuti, de forma genérica, os assuntos que mais têm afetado a vida dos munícipes que residem naquela zona.

De entre as questões apontadas e que merecem a minha tomada de posição, destacam-se a necessidade de se equipar a Delegação, de modo a se proporcionar aos jovens oportunidades de diversão e desviá-los do consumo do álcool, que é um fenómeno preocupante na localidade; o deficiente sistema de abastecimento de água (através de auto tanque), o que tem levado, por vezes, à penúria deste líquido precioso; a quase inexistência de policiamento diurno e noturno; a falta ou presença irregular de uma

enfermeira na Unidade Sanitária de Base (USB), e bem assim a subida desenfreada dos preços dos produtos nos estabelecimentos comerciais.

Visita à delegação de Povoação Velha



Pude manter um encontro com a Delegada, Sra. Leniza Lopes, durante o qual falamos de forma resumida dos problemas que mais têm afetado a vida dos munícipes que residem naquela localidade. De entre estes e que merecem a minha tomada de posição, apontam-se o quase inexistente policiamento diurno e noturno, o que vem gerando alguma sensação de insegurança; a impertinência dos imigrantes/comerciantes da Costa Ocidental Africana na forma como abordam os turistas; a falta de fiscalização dos comércios formais e informais; e a necessidade de colocação de um enfermeiro na Unidade Sanitária de Base.

Visita à delegação de Bofareira



Fui recebido pela Delegada, Sra. Jandira Sousa, com quem abordei resumidamente os assuntos que mais têm afetado a vida dos munícipes locais. De entre estes e que merecem a minha tomada de posição, destacam-se a necessidade de uma maior cobertura médica; a ineficiente iluminação pública; dificuldades financeiras dos cidadãos para interpor qualquer processo junto dos tribunais, na defesa dos seus direitos; a inexistência de policiamento diurno e noturno e a falta de ligação de água para consumo, aos domicílios.

Visita à delegação de João Galego



Com o Delegado, Senhor Zico Tomar, pude abordar de forma genérica os problemas que mais vêm afetando a vida dos munícipes da zona. Das questões apontadas e que merecem a minha tomada de posição incluem as respeitantes à situação de isolamento da comunidade, em virtude principalmente das degradantes condições da estrada de acesso à localidade; falta de ligação de água para consumo aos domicílios, inexistência do sinal de rádio, bem como de um posto policial; a necessidade de uma maior cobertura médica; ineficiente iluminação pública; inexistência de um programa habitacional (Casa para Todos) que possa beneficiar os jovens, para além da falta de incentivos para os agricultores e criadores de gado.

Visita à delegação de Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes



Fui recebido pela Delegada, Senhora Esmeralda Costa, com quem falei, de forma genérica, dos assuntos que mais têm afetado a vida dos munícipes da zona. De entre estes e que merecem a minha tomada de posição, destacam-se os seguintes: isolamento da comunidade em virtude das degradantes condições da estrada de acesso à localidade, falta do sinal de rádio; inexistência de um posto policial; necessidade de uma melhor cobertura médica; ineficiente iluminação pública; inexistência de um programa habitacional (Casa para Todos) que possa beneficiar os jovens; falta de incentivo para os agricultores e criadores de gado;

Dia 2 de junho de 2022

Conversa aberta com os alunos da Escola Secundária da Boa Vista - Agrupamento I



No dia 2 de junho, juntamente com a minha equipa efetuei uma visita à Escola Secundária da Boa Vista - Agrupamento I, durante a qual proferi uma palestra aos alunos, professores e funcionários daquele estabelecimento de ensino sobre o papel e as competências deste importante Órgão Constitucional, que é o Provedor de Justiça, tendo sido socializadas as formas de apresentação de queixas, bem como os canais de acesso ao mesmo.

Encontro com o Executivo Camarário, Presidente da Assembleia Municipal e eleitos Municipais



Usando inicialmente da palavra, comecei por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os demais presentes, tendo de seguida apresentado a equipa que me acompanhava e agradecendo, por outro lado, o acolhimento e apoio institucional prestados à delegação por parte da Edilidade.

Expliquei a finalidade da minha missão, enquanto estratégia de aproximação do órgão Provedor de Justiça, junto das autoridades Locais e no sentido de conhecer os problemas que afetam os municípios. Igualmente, expressei a minha total disponibilidade em ser mais uma voz para, junto do executivo camarário, apoiar na resolução dos problemas de diversa índole que afetam ou venham a afetar o Município.

Informei dos encontros e visitas já realizados, nomeadamente com os Delegados Municipais; comandante da Polícia; Delegado da Saúde e outros responsáveis dos serviços desconcentrados do Estado, realçando as inquietações / dificuldades por eles enfrentadas.

Foram, por outro lado, apresentadas as linhas gerais da proposta do novo Estatuto do Provedor de Justiça, cujas inovações irão alargar o seu âmbito de atuação. Foi igualmente abordada a utilidade dos Pontos Focais para resolução das queixas que dão entrada na Provedoria de Justiça e que visam a edilidade, e não só.

Fez-se uma abordagem genérica quanto às áreas sociais que têm merecido a minha atenção, nomeadamente no que toca a idosos, crianças, deficientes e reclusos.

Por sua vez, o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista, Dr. Cláudio Mendonça, apresentou a sua equipa, tendo destacado algumas questões pertinentes para o desenvolvimento da ilha, para as quais pediu a influência do Provedor de Justiça, nomeadamente:

1. Necessidade de revisão da Legislação Autárquica, no sentido de um maior reforço do poder municipal;
2. Maior comparticipação do Município da Boa Vista nos impostos cobrados a nível nacional pelo Estado, dada a contribuição da ilha para o PIB;
3. Cedência de terrenos do Estado, por parte do Governo à Câmara por forma a que esta possa implementar projetos, visando o desenvolvimento da ilha;
4. Instalação de uma rede moderna de esgotos e que coadune com o atual estado de desenvolvimento do concelho;
5. Maior atenção ao deficit habitacional e energético;

6. Reforço das transferências do Governo para o município, fazendo com que estes não dependam da conjuntura sociopolítica, defendendo que os municípios devem ter receitas (*com certa previsibilidade*) e não em função da vontade política;
7. A falta de médicos especialistas na ilha e o atraso na conclusão das obras do bloco operatório, o que tem levado a muitas evacuações médicas;
8. Deslocalização do serviço do INPS, que fica distante do centro da cidade de Sal Rei, para as proximidades do Centro de Saúde, evitando, deste modo, prejuízos para os utentes, que dele necessitam.
9. Uma maior divulgação do Órgão Provedor de Justiça, tendo considerado como relevante a criação de pontos focais, devendo, no caso concreto da Boavista, dar a conhecer aos munícipes da sua existência;
10. Isolamento da Zona Norte, João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes, pelas razões já apontadas pelos respetivos Delegados municipais;
11. Falta de um posto policial na zona norte;
12. Maior aproximação dos serviços desconcentrados do Estado aos povoados;
13. Criação de uma Delegação do Ministério do Turismo na ilha, devido à sua característica turística;
14. Reativação da rádio comunitária;
15. Agilização dos processos de gestão dos Recursos Humanos pendentes na Direcção Nacional da Administração Pública, ficando a edilidade de remeter oportunamente à Provedoria de Justiça uma lista das pessoas envolvidas.

Conclusões:

A avaliação global da minha missão é positiva, tendo sido executadas integralmente todas as atividades programadas. O acolhimento, o apoio institucional, bem como o engajamento

do autarca da ilha e da sua equipa foram determinantes para o sucesso das atividades, objeto do presente relatório.

Das intervenções do Presidente da Câmara Municipal, dos eleitos municipais, dos responsáveis dos serviços desconcentrados do Estado, membros da sociedade civil, alunos e diretor da escola secundária visitada, ficou evidente a necessidade de se reforçar a minha aproximação aos cidadãos/municípios, bem assim as ações de sensibilização e divulgação deste Órgão junto das comunidades.

Foi confirmada a existência do Ponto Focal na Câmara, pelo que, à semelhança do que acontece em outros os municípios até agora visitados, é necessário proceder à formação do mesmo, de modo que passe a ter um melhor conhecimento do Órgão.

No regresso à Praia, pude enviar uma nota de agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista pelo caloroso acolhimento que proporcionou a mim e à minha equipa durante os dias da missão.

Vale sublinhar que, na sequência da mesma e das questões levantadas no presente relatório, enderecei duas Recomendações ao Governo. Uma sobre a necessidade de atualização do quadro legal autárquico e outra sobre a regularização dos vínculos precários e irregulares, envolvendo, nomeadamente o pessoal das autarquias locais.

Praia, 23 de junho de 2022